

**INSTITUTO JURÍDICO DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
PLANO DE ÉTICA E BOAS PRÁTICAS**

1) Princípios Éticos Gerais

1.1. Liberdade

1.2. Responsabilidade

1.3. Igualdade

2) Diretrizes principais

2.1) Recomendações Gerais

2.1.1. Inovação

2.1.2. Objetividade

2.1.3. Integridade e Transparência

2.1.4. Regulação da Privacidade e Proteção de Dados

2.1.5. Proteção dos Direitos Humanos

2.2.) Referências específicas

2.2.1. Tipos e métodos de Investigação

2.2.2. Investigadores

2.2.2.1. Direitos dos investigadores

2.2.2.2. Deveres dos investigadores

2.2.3. Participantes

2.2.3.1. Consentimento Informado

2.2.3.2. Privacidade e proteção de dados

2.2.4. Política de Publicações

2.2.4.1. Originalidade e rigor

2.2.4.2. Acesso aberto

2.2.5. Disseminação / Transferência de Conhecimento

2.2.6. Comunicação de Ciência

2.2.7. Serviços à Comunidade

1) PRINCÍPIOS ÉTICOS PRINCIPAIS

A pesquisa da UCILeR é guiada pelos seguintes princípios éticos principais:

1.1. Liberdade

A atividade do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra está organizada ao abrigo dos seus Estatutos (<https://www.uc.pt/fduc/ij/sobreij/EstatutosIJ2020.pdf/>) e Regulamento (<https://www.uc.pt/fduc/ij/sobreij/regulamento/>).

O trabalho de investigação desenvolvido no Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra rege-se pela liberdade científica nas suas áreas de especialização, no âmbito do seu projeto estratégico e dos seus objetivos.

1.2. Responsabilidade

Toda a atividade do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra segue o Direito Português, Europeu e Internacional e os demais regulamentos em vigor, a nível nacional e internacional, assegurando o seu cumprimento pelos investigadores.

Todas as iniciativas do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra observam as normas jurídicas, éticas, culturais e sociais portuguesas, europeias e internacionais, e visam a sua aplicação e desenvolvimento nas comunidades científica e não científica, nacional e internacional.

1.3. Igualdade

O Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra segue o PIEDUC - Plano para a igualdade, equidade e diversidade da Universidade de Coimbra (<https://www.uc.pt/en/sustainability/equality/PIEDUC20192023>), e estabelece as condições para a integração e participação igualitária e justa de todos os seus membros na investigação nacional e internacional, promovendo a troca de conhecimentos entre os seus investigadores e com investigadores externos, e a sua participação efetiva na investigação, respeitando plenamente a liberdade científica, as competências específicas, as experiências profissionais concretas, a liberdade de expressão, o equilíbrio de género e o número de participações, na constituição de cada equipa de investigação e na distribuição de tarefas dentro dela.

2) PRINCIPAIS DIRETRIZES

2.1) Recomendações Gerais

2.1.1. Objetividade científica

A investigação no Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra visa a produção de conhecimento e conteúdos científicos objetivamente fundamentados.

2.1.2. Inovação

A investigação no Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra segue as diretrizes temáticas, científicas e operativas internacionalmente preconizadas, e continuamente atualizadas, disponibilizando conhecimentos e conteúdos inovadores nas áreas temáticas selecionadas.

2.1.3. Integridade e Transparência

O Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra promove a sua atividade científica, organização e funcionamento com integridade e transparência.

2.1.4. Regulação de Privacidade e Proteção de Dados

Considerando o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e que revoga a Diretiva 95/46 / CE (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto, o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra mantém os dados de contacto pessoais referenciados fornecidos por participantes internos e externos estritamente para efeitos de comunicação com o titular dos dados relativos à investigação e pelo tempo absolutamente necessário, não compartilhando quaisquer dados pessoais com terceiros, e preservando, retificando, alterando e eliminando os dados acima mencionados nos termos especificamente pretendidos pelos titulares dos dados. O Instituto Jurídico da Faculdade de

Direito da Universidade de Coimbra aprovou o seu próprio plano de proteção e gestão de dados, para a observância de tais normas.

2.1.5. Proteção dos Direitos Humanos

O Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra observa as Declarações Internacionais de Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e visa promover e aprimorar a construção e a projeção de conhecimento científico que possa contribuir para a proteção e o desenvolvimento dos direitos das pessoas, quer protegendo as pessoas participantes na investigação, quer disseminando e projetando o conhecimento produzido em benefício das populações. O projeto estratégico do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra concentra-se nos “desafios sociais”, estando, portanto, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os instrumentos de proteção de Direitos Humanos.

2.2.) Referências específicas

2.2.1. Tipos e métodos de investigação

A investigação no Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra compreende trabalho individual e de grupo, na prossecução dos seus projetos e objetivos científicos. Promove-se a interdisciplinaridade entre as áreas do Direito, bem como a transdisciplinaridade entre o Direito e outras áreas de conhecimento, tanto nas Ciências Humanas e Sociais como nas Ciências da Vida.

2.2.2. Investigadores

O estatuto de investigador no Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra é considerado de acordo com os seus Estatutos (<https://www.uc.pt/fduc/ij/sobreij/EstatutosIJ2020.pdf/>) e Regulamento (<https://www.uc.pt/fduc/ij/sobreij/regulamento/>), atendendo aos direitos e deveres aí estabelecidos e às seguintes diretrizes éticas principais:

- a) O livre desenvolvimento do trabalho de investigação e comunicação no âmbito do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- b) A integração nas equipas e projetos de investigação do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo em consideração o tema do trabalho de investigação em concreto e as especialidades pertinentes.
- c) A apresentação como investigador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em trabalhos de investigações, comunicações e publicações no âmbito do seu objeto.
- d) A participação nas atividades e organização do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos termos dos respetivos Estatutos (<https://www.uc.pt/fduc/ij/sobreij/EstatutosIJ2020.pdf/>) e Regulamento (<https://www.uc.pt/fduc/ij/sobreij/regulamento/>).
- e) O desenvolvimento do trabalho de investigação e comunicação com honestidade e transparência, segundo as orientações do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- f) As declarações de afiliação, fontes de financiamento e eventuais conflitos de interesses dentro do trabalho de investigação.
- g) O fornecimento de uma referência rigorosa às fontes utilizadas no trabalho de investigação, a identificação da apresentação de trabalhos anteriores em pesquisas subsequentes – incluindo projetos e publicações, referindo as fontes – e a inserção dos nomes dos autores e coautores e de outros colaboradores envolvidos em qualquer trabalho de

pesquisa, incluindo projetos e publicações, com pleno respeito pelos direitos de propriedade intelectual.

h) A participação nas atividades, organização e infraestruturas do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos termos dos respetivos Estatutos (<https://www.uc.pt/fduc/ij/sobreij/EstatutosIJ2020.pdf/>) e Regulamento (<https://www.uc.pt/fduc/ij/sobreij/regulamento/>).

2.2.3. Participantes

2.2.3.1. Privacidade e proteção de dados

Os participantes internos e externos na investigação do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra encontram-se protegidos pelo regime de anonimato e de proteção de dados, nos termos do pertinente Direito Português, Europeu e/ou Internacional.

2.2.3.2. Consentimento Informado

Qualquer investigação cujo objeto envolva pessoas e dados de pessoas implica o consentimento informado por escrito dos participantes, especificamente organizado pela concreta equipa de investigação, em que cada pessoa envolvida declara voluntariamente concordar em participar no estudo da investigação, compreender e aceitar os termos concretos da investigação e o objeto da participação e estar ciente da possibilidade de desistir, de forma inequívoca e fundamentada, em qualquer momento.

O termo de consentimento livre e esclarecido concreto é preparado pela equipa de investigação em cada projeto e considerando o objeto da pesquisa.

2.2.4. Política de Publicações

A política de publicações do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra considera a política editorial da Imprensa da Universidade de Coimbra (https://www.uc.pt/imprensa_uc/imprensa/politicaeditorial) e correspondente Regulamento (https://www.uc.pt/imprensa_uc/imprensa/regulamento), Código de Ética e Boas Práticas para Editores de Livros da Universidade de Coimbra (https://www.uc.pt/imprensa_uc/imprensa/images/codigo_de_etica) e Código de Ética e Guia de Boas Práticas para Editores de Revistas da Universidade de Coimbra (https://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/documentos/codigo_etica.pdf).

2.2.4.1. Originalidade e Rigor

O Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra salvaguarda a referência rigorosa às fontes utilizadas no trabalho de investigação, a identificação da apresentação de trabalhos anteriores em pesquisas subsequentes - incluindo projetos e publicações, referindo as fontes - e a inserção dos nomes dos autores e coautores e de outros colaboradores envolvidos em qualquer trabalho de investigação, incluindo projetos e publicações, com pleno respeito pelos direitos de propriedade intelectual.

2.2.4.2. Acesso aberto

A política de publicações do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra prossegue os requisitos internacionais de acesso aberto, especificamente de acordo com a política editorial da Imprensa da Universidade de Coimbra (https://www.uc.pt/en/imprensa_uc/generalinformations/editorialpolicy).

2.2.5. Disseminação / Transferência de Conhecimento

A disseminação e a transferência do conhecimento no Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra são garantidas principalmente por meio de conferências abertas, workshops e publicações, a fim de conferir a cientistas, outros especialistas, administração pública, instituições públicas e privadas e cidadãos em geral, novas informações, conhecimentos e soluções para os desafios sociais colocados ao direito nos âmbitos de investigação definidos.

2.2.6. Comunicação de Ciência

A comunicação de ciência no Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra é feita principalmente por meio dos seus próprios sites, newsletters, blogs, redes sociais, vídeos e produtos escritos, a fim de divulgar as iniciativas de investigação e divulgação e melhorar a informação e formação públicas.

2.2.7. Serviços à Comunidade

Os resultados da investigação do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra pretendem oferecer respostas jurídicas a problemas práticos, de forma a dotar a comunidade de conhecimentos científicos abertos à construção de mecanismos reflexivos e reguladores para diversas áreas de relações sociais.

2.2.8. Abertura à comunidade

A investigação e outras atividades do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra visam a comunicação e a aplicação do conhecimento científico na comunidade, permitindo o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas.

Fontes:

Resnick, D. B. (2015) What is Ethics in Research and Why is it Important? List adapted from Shamoo A and Resnik D. 2015. Responsible Conduct of Research, 3rd ed. (New York: Oxford University Press).

<https://www.equator-network.org/library/research-ethics-publication-ethics-and-good-practice-guidelines/#etguid>

COPE – Committee on Publication Ethics - <https://publicationethics.org/>

PIEDUC (Plano para a igualdade, equidade e diversidade da Universidade de Coimbra https://www.uc.pt/sustentabilidade/igualdade/PIEDUC2019_2023_web.pdf)